



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 20, v. 2
abr-jun.2024
p. 248-262

“A_socialidade” como figura modelo da ambigüidade¹

(“A_socialidad” como figura modélica de la ambigüedad)

(“A_society” as a model figure of ambiguity)

A. A. Engel²

RESUMO: Neste artigo, reconstruirei as diferentes etapas epistemológicas da não desambiguação, passando pela política *queer* do paradoxo, até o que hoje chamo de “*queerness* como ambigüidade vivida”. Explicarei como a noção de ambigüidade cumpre uma dupla função na teoria *queer*, mais especificamente, enfatizando a habitabilidade da ambigüidade – identidades multidimensionais não são estáveis nem coerentes – e explicando seu potencial político – superando fronteiras claras e antagonismos simplificados. Enfocarei a *a_socialidade* como figura da ambigüidade, argumentando que o conceito de *queerness*, como ambigüidade vivida, acompanha uma compreensão de relacionalidade e parentesco definida por um *continuum* ou simultaneidade de socialidade, antissocialidade e associalidade, denominada “*a_socialidade*”. Minha tese é que, ao admitir a ambigüidade da *a_socialidade*, torna-se possível avançar em direção a formas de coabitação em condições de heterogeneidade social e global.

PALAVRAS-CHAVE: teoria *queer*; ambigüidade; ambivalência; política pós-estruturalista; teoria social.

Abstract: In the essay I will reconstruct the different epistemological steps from undisambiguation through queer politics of paradox to what I call today “*queerness* as lived ambiguity”. I will explicate how the notion of ambiguity fulfills a double function in queer theory, namely underlining ambiguity’s livability – multidimensional identities are neither stable nor coherent – and explaining its political potential – overcoming clearcut borders and simplified antagonisms. I will focus on *a_sociality* as figure of ambiguity, arguing that *queerness* as lived ambiguity goes along with an understanding of relationality and kinship defined by a *continuum* or simultaneity of sociality, anti-sociality, and asociality, named “*a_sociality*”. My thesis is that in avowing the ambiguity of a sociality it becomes possible to move towards forms of cohabitation under conditions of social and global heterogeneity.

Keywords: queer theory; ambiguity; ambivalence; poststructuralist politics; social theory.

Resumen: En este artículo, reconstruiré las diferentes etapas epistemológicas de la no desambiguación, a través de la política *queer* de la paradoja, hasta lo que ahora llamo “*queerness* como ambigüedad vivida”. Explicaré cómo la noción de ambigüedad cumple una doble función en la teoría *queer*, más concretamente, haciendo hincapié en la habitabilidad de la ambigüedad – las identidades multidimensionales no son estables ni coherentes – y explicando su potencial político – superando los límites claros y los antagonismos simplificados. Me centraré en la *a_socialidad* como figura de la ambigüedad, argumentando que el concepto de *queerness* como ambigüedad vivida acompaña a una comprensión de la relacionalidad y el parentesco definida por un *continuum* o simultaneidad de socialidad, antisocialidad y associalidad, denominada “*a_socialidad*”. Mi tesis es que, al admitir la ambigüedad de la *a_socialidad*, se hace posible avanzar hacia formas de convivencia en condiciones de heterogeneidad social y global.

Palabras clave: teoría *queer*; ambigüedad; ambivalencia; política post-estruturalista; teoría social.

1 Este artigo foi inicialmente publicado na revista *On_Culture: The Open Journal for the Study of Culture* no dossiê intitulado “Ambigüidade: condições, potenciais e limites” em 2021. Agradecemos Antke A. Engel pelo convite e autorização à tradução. Referência original: ENGEL, A. A. *A_society*” as a model figure of ambiguity. *On_Culture: The Open Journal for the Study of Culture*, v.12, n. 1, p. 1-15, dez. 2021.

2 Antke Antek Engel é diretore do Institute for Queer Theory em Berlim e atualmente professore convidade de Estudos Queer e de Gênero na FernUniversität Hagen. Obteve seu PhD em Filosofia na Universidade de Potsdam e trabalha como acadêmique independente nas áreas das teorias queer, feminista e pós-estruturalista, além de filosofia política e estudos culturais-visuais. Foi professore visitante nas Universidades de Hamburgo (2003/2005) e Viena (2011), na Alice Salomon University Berlin (2016) e na Technical University Darmstadt (2018/2019), bem como bolsista de pesquisa no Institute for Cultural Inquiry ICI-Berlin (2007-2009), no Gender Institute, London School of Economics (2018), além de ser uma das pessoas contempladas com o Asa Briggs Fellowship, na University of Sussex, em Brighton (2019). Tradução produzida por Cristina Veiga Judar, bacharel em Comunicação Social pela Universidade São Marcos, especialista em Jornalismo Cultural pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e mestrade do programa de pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (FFLCH/USP), e-mail: cris.judar@hotmail.com; e Lucas Breda Magalhães, licenciado em Letras Português e Inglês pela Universidade Estadual do Norte do Paraná e mestrando do programa de pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (FFLCH/USP), e-mail: lucasbredamagalhaes@gmail.com.



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 23/09/2023

Aceito em 27/10/2023

1 Introdução

Vivenciar uma sociabilidade *queer* e receber apoio comunitário é uma condição que traz a promessa de pertencimento. Pertencimento além da heteronormatividade e da normalidade coercitiva³. No entanto, as relações sociais, por mais *queer* que elas sejam, nunca são isentas de indiferença, imprevisibilidade, agressão, conflito ou do risco e da realidade da violência⁴.

É ilusória a expectativa da obtenção de espaços seguros, de pura tranquilidade ou de prazer em cuidar e criar laços sem que haja agressão ou desordem⁵. Assim sendo, apresento o conceito de “*queerness*” como ambiguidade vivida e defendo que ele acompanha uma compreensão de relacionalidade e parentesco definida pelo que chamo de “a_socialidade”: um *continuum* ou uma simultaneidade de socialidade, antissocialidade e associalidade. Este artigo discutirá a ambiguidade pelas lentes da socialidade e, para capturar a ambiguidade como terminologia política, usarei a socialidade como figuração paradigmática. Minha tese é a de que somente ao admitir sua ambiguidade é possível avançar em direção a formas de coabitação que reconheçam a heterogeneidade social e global. Entretanto, a questão é como a ambiguidade revela seu potencial político e qual é o seu alcance. Categorias fixas ambíguas enfraquecem as ordens normativas. No entanto, será que elas também proporcionam complexidade? E o fato de permitirem a complexidade, elas também desafiam hierarquias e desigualdades sociais? Quais formas de violência, se houver, são visadas pela ambiguidade? E como os dilemas éticos e as lutas por justiça encontram reconhecimento?

2 Das estratégias de desambiguação à política queer do paradoxo

Desde o início, a ambiguidade tem sido o motivo norteador de minhas considerações teóricas *queer*. Minha proposta de caracterizar a política *queer* por meio de estratégias de desambiguação ou equivocação (*VerUneindeutigung*)⁶, em vez de diversificação, normalização, abolição ou generalização da diferença – sexual e de gênero –, continua a nortear meu pensamento atual. Embora atualmente eu tenda a usar o termo “*queering*”, as expressões “*undisambiguating*”

3 Em meu ensaio, refiro-me à teoria *queer* como informada por modos pós-estruturalistas de pensar a diferença além das oposições binárias. A crítica *queer* à heterossexualidade normativa e ao sexo e gênero binários é apoiada pela política e estética do *queering*, ou seja, práticas ou processos que tornam incomum ou estranho (*queer*) o que costumava ser “normal”. Para uma noção *queer* de pertencimento, consulte Elspeth Probyn, *Outside belongings* (1996).

4 Para aprofundar o assunto, consulte os livros *Undoing gender* (2004), de Judith Butler, e *Queer lovers and hateful others: regenerating violent times and places* (2015), de Jin Haritaworn; como também os artigos “Race, sex, and the incommensurate: Gary Fisher with Eve Kosofsky Sedgwick” (2016), de José Esteban Muñoz e “The part that has no part: enjoyment, law, and loss” (2011), de Elizabeth Povinelli.

5 Sobre a confusão referente ao apoio comunitário *queer*, consulte “Messy mismeasures: exploring the wilderness of queer migrant lives” (2018), de Martin F. Manalansan IV.

6 Para explorar o tema, consulte *Wider die eindeutigkeit: sexualität und geschlecht im fokus queerer politik der repräsentation* (2002), “A queer strategy of equivocation: the destabilisation of normative heterosexuality and the rigid binary gender order” e “InterAlia: a journal of queer studies” 1 (2006), de Antke Engel.



e “*equivocating*” têm conotações ligeiramente diferentes: a primeira sublinha que o que é ambíguo passou por uma desambiguação em algum momento e agora precisa de um processo reverso; a segunda implica o que mais tarde chamarei, programaticamente, de “ter prazer na confusão” (Engel, 2021). Entretanto, já em *Wider die Eindeutigkeit – against unambiguity* – (Engel, 2002), meu foco era argumentar que uma política *queer* não normativa precisa aderir a processos simultâneos de desnormalização e desierarquização das relações sociais para desafiar as desigualdades estruturais, a discriminação e a violência em todas as suas expressões. Em especial, ao analisar criticamente as implicações mútuas das políticas neoliberais e *queer*⁷, tornou-se necessário entender como a normalização da diversidade e a transformação em capital social de certos modos individualizados da diferença exigem novas formas de resistência.

Foi nesse momento que criei uma política *queer* do paradoxo. Em “*Desiring tensions*”, sugiro entender o paradoxo como uma figura intermediária que pode ser antagonizada em uma “contradição”, relativizada em “ambiguidade” ou tomada como uma figura completamente “não identitária” por si só:

Um paradoxo coloca elementos divergentes ou incompatíveis em uma relação que pode ser igualmente descrita como ‘nem/nem’ e ‘bem como’, inscrevendo assim uma tensão de ‘irreconciliabilidade reconciliada’ que é inextricável (*unauflösbar*). Como tal, o paradoxo [...] contrasta com o pensamento de tensão como “contradição”, que sugere oposições que não podem existir simultaneamente, mas que ocupam posições claramente separadas. Ele também difere das ‘ambiguidades’, que são perspectivas que mudam continuamente, não podem ser fixadas e são caracterizadas pela polissemia, enquanto o paradoxo ainda pode ser definido por certos elementos, que inspiram a dinâmica agonística (Engel, 2010, p. 243-244).

O potencial político está no fato de que o paradoxo, a contradição e a ambiguidade não precisam ser colocados uns contra os outros, mas podem se combinar como estratégias específicas do contexto de lutas hegemônicas: em uma situação organizada por meio de rígidos aprisionamentos normativos, a (des)ambiguidade seria a escolha, porque cria espaço para a pluralidade e para a complexidade proibidas ou rejeitadas. Em condições de normalização sócio-histórica, ou mesmo de celebração da diversidade despolitizada, seria necessário antagonizar o campo e apontar as contradições que legitimam as desigualdades de poder e a dominação sob o pretexto do individualismo neoliberal. A política do paradoxo permite alternar entre essas opções de ambiguidade e antagonismo, sem que uma ou outra reivindique respostas definitivas e abrangentes. Além disso, o paradoxo visto como uma figura dual de tensão circular – em vez de linear – fornece uma ferramenta ideal para retrabalhar ordens binárias rígidas em constelações dinâmicas, em que os elementos das duas partes que as compõem se associam, se fundem e criam

⁷ Sobre o tema, consulte “The surplus of paradoxes: queer/ing images of sexuality and economy” (2012) de Antke Engel.



segmentos ou multiplicidades. Isso é o que Xairong Xiang (2018, p. 425-442), ao se referir às ordens de gênero, chama de “transdualismo”, assim dizendo, “ou/e”.

Em outras palavras, refere-se ao que Cynthia Weber chama de “*plural logoi*”, que depende da capacidade de manter a simultaneidade de “e/ou” – em vez de “ou/ou” – na compreensão das realidades sociais como complexidades sociais. Para Weber, o gênero não precisa seguir o padrão de feminino ou masculino, mas pode aparecer como feminino e/ou masculino. Talvez você queira chamar isso de transgênero, mas, se preferir evitar outro rótulo – que, de qualquer forma, só retornaria a uma lógica de ou/ou, ou feminino ou masculino ou trans –, em vez disso, você poderia alegar simultaneidade ou indecidibilidade: “tanto uma coisa quanto outra ou possivelmente outra, enquanto [...] simultaneamente [...] uma coisa e outra e possivelmente outra” (Weber, 2016, p. 196). Ambos os autores levam a sério a relevância e a persuasão contínuas do dualismo masculino/feminino, embora não o fixem nem o isolem do que está além, incluindo sua própria alteridade e o Outro do Outro (Butler, 2004).

Assim, para a política do paradoxo, a ambiguidade desempenha um papel específico, embora subordinado. Neste artigo, entretanto, gostaria de convidar a ambiguidade para o centro do palco, e isso também porque, recentemente, cunhei a definição de que *queerness* é a ambiguidade vivida⁸. Desejo explicar como a noção de ambiguidade cumpre uma função dupla na teoria *queer*, ou seja, enfatizar a habitabilidade da ambiguidade e explicar como seu potencial de subverter fronteiras bem definidas e antagonismos simplificados dá início ao prazer na complexidade, na confusão e até mesmo no conflito⁹. A ambiguidade vivida leva a sério a crítica interseccional da teoria *queer* anti-identitária, insistindo que as identidades multidimensionais não são estáveis nem coerentes, mas são exatamente a posição a partir da qual a política interseccional combate as relações complexas e às vezes contraditórias de poder e discriminação¹⁰. Compartilhar identidades ambíguas em interações e intra-ações sociais¹¹ pode não apenas reconhecer a complexidade, mas, de fato, convidar à heterogeneidade conflituosa. No entanto, como os conflitos são tratados de forma a proporcionar simultaneamente futuros abertos – garantindo uma multiplicidade de perspectivas e

8 Para aprofundar acerca do assunto, consultar a palestra intitulada “Queeruliert?” proferida por Antke Engel na conferência “Que(e)ruliert? Praktiken des Störens”. Disponível em: <https://www.fernuni-hagen.de/bildungswissenschaft/bildung-differenz/team/antke.engel.shtml>. Acesso em: 16 out. 2023.

9 Como explico em “Queering desire”, ambas as dimensões dependem da interação entre poder e desejo, em que o desejo foi reconceitualizado como movimento e produtividade – tornar-se –, deixando para trás a constelação hierárquica de sujeito-desejo-objeto. Em vez disso, os movimentos do desejo são definidos pela multiplicidade, serendipidade e ambiguidade de funcionar como uma força social transformadora e conservadora. Além disso, é possível detectar uma ambivalência, ou seja, a tensão entre autoafirmação e vínculo (Butler, 2004) no desejo.

10 Acerca do que está sendo exposto, consultar “Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics?” (1997) de Cathy J. Cohen; *European others: queering ethnicity in postnational Europe* (2011) de Fatima El-Tayeb; e *Queer lovers and hateful others: regenerating violent times and places* (2015) de Jim Haritaworn.

11 “Intra-ação” é um termo sugerido por Karen Barad (2007) que estende a iterabilidade – repetição constitutiva – do campo linguístico para a matéria e os processos de materialização, descentralizando assim o sujeito humano. A agência não conta mais como capacidade, mas como ação compartilhada.



mundos múltiplos – e justiça – superando desigualdades sociais e globais, dominação e violência? Ao mesmo tempo em que promove a complexidade, a multiplicidade e os futuros abertos por meio do potencial epistêmico, estético e semiótico da ambiguidade, a política, no entanto, consiste em tomar decisões sob condições de indecidibilidade¹². Como se chega a uma decisão? O que permite e justifica limitar as possibilidades, dizer “sim” a determinados valores, interesses e desejos e dizer um “não” decisivo a outros? Argumentarei mais tarde que, para essa questão, é necessária uma distinção entre ambiguidade e ambivalência. Por enquanto, porém, vou me deter na ideia de *queerness* como ambiguidade vivida.

3 *Queerness* como ambiguidade vivida

Para evitar as armadilhas da política de minorias, insisti por muito tempo que *queer* não é um adjetivo nem um substantivo, mas um verbo¹³. Se alguém, no entanto, afirmar a figura do paradoxo, pode muito bem adotar o termo *queerness* como um substantivo e declarar a palavra *queer* como sendo habitada por uma dinâmica circular que leva a uma mudança contínua entre *queerness* e *queering*. Assim, embora o conceito de *queerness* não se estabilize como uma categoria de identidade, ele pode, no entanto, ser reivindicado como uma subjetividade incorporada, um autoconceito ou um modo de existência. Quando sugiro que *queerness* é ambiguidade vivida, minha ideia é criar um entrelaçamento de *queerness* e *queering*, uma estabilização contínua como *queerness* e, ao mesmo tempo, uma desestabilização por meio do *queering*. Em vez de propor isso em termos primordialmente discursivos ou epistêmicos, o verbo “viver” indica o caráter incorporado de *queerness/queering*. Ao apontar aqui para a tensão intersubjetiva entre alteridade e autodescrição, bem como para a tensão inerente ao desejo entre vínculo e assertividade, fica claro que o conceito de *queerness* como ambiguidade vivida também retoma e refina as noções de socialidade *queer*. *Queerness* pode ser o resultado de relações de poder e instituições normativas, também chamadas de heteronormatividade. Como tal, pode ser uma fonte de dor ou vergonha, ou pode ser assumido com desafio ou orgulho. Esse último significa que *queerness* pode ser subvertido

12 O indecidível é uma figura central no pensamento de Derrida. Articulado como *différance*, a mudança contínua do significante, ele proporciona uma ambiguidade insuperável no nível do significado. A promoção dessa ambiguidade por meio da desconstrução mina os binarismos hierárquicos. Em *The force of law* (1990, p. 963), Derrida discute o indecidível não como uma questão de significado, mas de justiça. A busca pela justiça exige que as decisões sejam tomadas, mesmo que não tenham nenhum fundamento confiável: “O indecidível não é meramente a oscilação ou a tensão entre duas decisões, é a experiência daquilo que, embora heterogêneo, alheio à ordem do calculável e da regra, ainda é obrigado - é de obrigação que devemos falar - a se entregar à decisão impossível, levando em conta a lei e as regras. Uma decisão que não passasse pela provação do indecidível não seria uma decisão livre, seria apenas a aplicação programável ou o desdobramento de um processo calculável. Ela poderia ser legal, mas não seria justa”. No entanto, tomar uma decisão não supera o princípio da indecidibilidade que se deve à ambiguidade do significado. É por isso que, para Derrida, a justiça está sempre por vir, e a política é definida por um futuro aberto.

13 Consultar *A critical introduction to queer theory* (2003) de Nikki Sullivan e *Queer theories* (2003) de Donald E. Hall.



pelo *queering*. No entanto, ele também pode ser o efeito do *queering* em primeiro lugar: de um processo ou prática que resulta em *queerness* como o efeito da ruptura da regra da normalidade em qualquer contexto específico.

Queering, quando uso o termo como uma estratégia política, significa uma prática estética epistêmica que faz uso da linguagem, das imagens ou da corporificação para subverter ou romper a regra da normalidade¹⁴ – e, muitas vezes, por meio do prazer na complexidade e na confusão. Desse modo, o *queering* trabalha com a interação de poder, desejo e verdade. Cada um desses termos é envolvido pela ambiguidade: o poder como um modo de dominação e opressão, bem como de resistência e transformação; o desejo como um modo de estabelecer conexões, mas também de rompê-las, apoiando ou minando, respectivamente, as poderosas normalidades; a verdade como uma reivindicação de singularidade *versus* universalidade, de absolutez *versus* relatividade sócio-histórica. Embora a interação entre desejo e poder também possa ser encontrada nas máquinas desejantes de Deleuze e Guattari (2004) ou na desterritorialização e reterritorialização dos agenciamentos (Deleuze; Guattari, 1987) também dos autores, é nos processos de *queering* que é promovida a ambiguidade como fonte de prazer¹⁵. Entretanto, ter prazer na complexidade e na desordem não é um fim em si mesmo. Nenhum dos termos mencionados anteriormente se estabiliza em um único significado, promete pureza ou respostas simples, nem é, de fato, imune à dominação e à violência. Então, como o potencial da ambiguidade de romper fronteiras bem definidas, identidades homogêneas ou verdades unidimensionais pode ser ativado para promover a igualdade, a liberdade e a justiça? Como isso pode acontecer em condições definidas pela violência estrutural?

Essas são questões centrais da política *queer* que se referem a *queerness* como “ambiguidade vivida”, bem como ao *queering* “acolhido pela ambiguidade” e, de fato, à forma como a socialidade *queer* é organizada e se esforça para oferecer alternativas aos relacionamentos e instituições regidos pela normalidade. Embora o *queerness* esteja transgredindo entendimentos hetero e

14 Digo “estratégia”, “prática” e “a fim de”. Entretanto, o *queering* não é necessariamente intencional, mas também pode se desenvolver a partir do jogo, ou da simbiose entre espécies (Haraway, 2016), ou da intra-ação animada e inanimada (Barad, 2007); como também em “Toxic Animacies, Inanimate Affections” (2011) de Mel Chen. De acordo com Barad (2007, p. 179), em *Meeting the Universe*, as intra-ações, que envolvem não apenas agentes humanos ou não humanos, mas toda a “matéria no processo de tornar-se”, não são intencionais de forma alguma. No entanto, elas não estão além da política, porque “nossas intra-ações contribuem para a matéria diferencial do mundo. Objetividade significa ser responsável pelas marcas nos corpos, ou seja, materializações específicas em sua importância diferencial. Somos responsáveis pelos cortes que ajudamos a realizar, não porque fazemos a escolha (nem escapamos da responsabilidade porque ‘nós’ somos ‘escolhidos’ por eles), mas porque somos uma parte agencial do devir material do universo” (Barad, 2007, p. 178).

15 Sobre esse assunto, consultar Lee Edelman em *No Future: Queer Theory and the Death Drive* (2004) e “The Part That Has No Part” de Elizabeth Povinelli (2011). Ambos os autores adotam a noção laciana de *jouissance*, uma simultaneidade paradoxal de prazer e dor, para entender o *queerness*. No entanto, para Edelman, o *gozo indica* uma separação e uma negatividade insuperáveis, enquanto Povinelli sugere que o *gozo* pode ser compartilhado, quando aponta para uma violência histórica comum, embora experimentada de forma diferente.



homonormativos e hierarquizados de desenvolvimento temporal e localização social (Halberstam, 2005), e as iniciativas de apoio às pessoas *queer* estejam acontecendo apesar da dependência ou da desordem (Manalansan 2018), Elizabeth Povinelli (2011) nos adverte que isso não é, de forma alguma, uma promessa de superação das histórias de violência e desigualdades estruturais que condicionam nossas amizades e intimidades. No entanto, ao perceber de forma ambígua a “proximidade” do outro como uma “separação” intransponível, ainda assim há uma chance de enfrentar a violência em conjunto. Isso, é claro, não mudaria o fato de que assumimos posições incompatíveis no sofrimento e na perpetuação da violência estrutural, como argumenta Povinelli ao compartilhar experiências de sua amizade como acadêmica branca com Ruby Yarrowin, uma anciã indígena dos territórios do norte da Austrália. José E. Muñoz (2009b) desenvolve um argumento semelhante ao falar sobre “*queerness* como o incalculável”, evocando relacionamentos que permitam “compartilhar o não compartilhável” e “um esquema relacional que não se baseie em singularidades comensuráveis, mas em um bem comum mais amplo do incomensurável. [E ainda assim, as] trajetórias entrecruzadas do ser singular estão certamente cheias de colisões violentas”. Para levar a sério essa intimidade de prazer e dor, agressão e amor, vínculo e violência, sugiro usar o termo “a _socialidade”. A _socialidade é um conceito destinado a abraçar a ambiguidade.

4 A _socialidade

A _socialidade nomeia a socialidade como sendo algo emaranhado com a indiferença, a agressão e a violência. O símbolo gráfico *underline* entre “a” e “socialidade” significa um *continuum* entre o social e o associal, que nunca se desloca simplesmente para um extremo ou outro. O termo atribui a devida importância ao fato de que a violência não pode ser superada, mas permanece como um potencial eterno, devido às consequências das histórias violentas, bem como à tensão psíquica de autoafirmação e conexão (Butler, 2004). No entanto, a não violência também é uma alternativa que não será perdida, mas que, quando praticada enquanto resistência corporal ou resistência coletiva, nos lembra que a mudança e a reparação permanecem sendo possíveis¹⁶. Além disso, a a _socialidade conota e contém o antissocial, reconhecendo que a vida não busca necessariamente a preservação ou mesmo algum tipo de desenvolvimento teológico ou de progresso. O nihilismo enfático ou a negatividade, ou o que a psicanálise chama de pulsão de morte, fazem parte dos mundos sociais ou da coabitação, assim como o amor, o cuidado e a esperança.

16 Para se aprofundar quanto ao tema, consultar a obra *The force of nonviolence: an ethico-political bind* (2020) de Judith Butler.



A partir de uma perspectiva *queer*, a a_socialidade também é o terreno em que uma interação dinâmica de poder e desejo estabelece conexões conhecidas ou novas e inesperadas. O desejo como movimento e modo de conectividade é uma força decisiva do que eu denomino de “a_socialidade” (Probyn, 1996). Certamente, o desejo pode ser uma força conservadora, que justifica a apropriação – violenta ou sedutora – e a dominação do chamado objeto de desejo. No entanto, o desejo *queer(ed)* se reorienta em direção ao “Outro do Outro” (Butler, 2004) – não aquele que desejamos possuir e controlar, mas aquele ou aquilo que nunca conheceremos totalmente, quem ou o que perturba ainda mais nossos “eus” já contraditórios e intrigantes. Um processo que também pode ser observado na conversa entre Lauren Berlant e Lee Edelman no livro *Sex, or the unbearable* (2014).

A_socialidade é um conceito decisivamente ambíguo, desenvolvido a partir de posições contraditórias na teoria *queer*: por vezes, a ideia de *queerness* é apresentada como a promissora forma de socialidade, que supera as restrições heteronormativas; essa mesma ideia também representa a alteridade irresolúvel. A tese antissocial de Edelman, sob o título *No future* (2004), invoca o conceito de *querness* como uma aceitação à negatividade em vez de um caminho para a viabilidade. Essa tese habita a a_socialidade tanto quanto o livro *Cruising utopia*, de José E. Muñoz (2009a, p. 1), que insiste que “devemos sonhar e promover prazeres novos e melhores, outras maneiras de estar no mundo e, derradeiramente, novos mundos”.

Foram travados extensos debates sobre a questão de que tipo de política, ou nenhum tipo de política, surge a partir de posições a favor ou contra a chamada virada antissocial¹⁷. A a_socialidade escapa à alternativa de ser social ou antissocial. No entanto, persiste nas transformações políticas sem negar a negatividade, se atreve a reivindicar, redefinir e transformar o termo depreciativo “associalidade”, contrapondo seu uso biopolítico devastador e frequentemente mortal. Se o termo “associal” tem a função de assegurar o território de uma suposta socialidade ao negar o que é chamado de associal ou, nesse caso, perverso, será que a desestigmatização do chamado associal ajudaria a transformar a agressão em raiva política e a provocar mudanças estruturais? Como questiona Audre Lorde (2007) em “The uses of anger: women responding to racism”.

Com base nas histórias de colonialismo, racismo, violência sexual, genocídios e eugenia, não se pode presumir que os relacionamentos estejam livres de tensões e conflitos. Apesar disso, é exatamente por essa razão que é desafiador inventar práticas que reconheçam as agressões e as histórias de violência que moldam nossos relacionamentos íntimos, sociais, globais e planetários.

17 Acerca do assunto, consultar a obra *Queer futures: reconsidering ethics, activism, and the political* (2016) de Elahe Haschemi Yekani, Eveline Kilian e Beatrice Michaelis (org.).



No entanto, a pergunta permanece: a manutenção da ambiguidade encontra um limite se a mudança estrutural – de uma regra de normalidade, de uma lei opressiva, de uma hierarquia institucional, da desigualdade sistêmica ou da violência – for desejada e destinada a acontecer? Na política, ou em situações sociais de luta pela justiça, decisões precisam ser tomadas, e é possível encontrar critérios para que uma decisão seja mais convincente ou mais justa do que outra, mesmo que esses critérios continuem sendo contestados. A ambiguidade de significado ou a multiplicidade de perspectivas garantem que não haja uma resposta universal e que o futuro permaneça aberto a outras contestações. Entretanto, com relação à decisão concreta, são os desejos ou as vontades conflitantes, uma colisão de valores ou dúvidas referentes aos efeitos. Em suma, a ambivalência em vez de uma ambiguidade que organiza o campo. Minha tese é que manter a ambivalência pode ser tão útil quanto preservar a ambiguidade para evitar o desfecho prematuro de conflitos psíquicos ou sociais¹⁸, mas para garantir a agência, a ambiguidade e a ambivalência não devem ser encaradas como sinônimos. A ambivalência “pede” por uma decisão, mesmo que ela seja adiada ou rejeitada.

5 Ambiguidade e ambivalência

Por que acho útil distinguir entre ambivalência e ambiguidade ao considerar a política da a_socialidade? Os múltiplos significados, às vezes contraditórios, que caracterizam a ambiguidade de um termo, fenômeno ou situação, não reservam a opção da decisão. “Ambiguidade”, um termo semiótico, estético e político, refere-se a uma complexidade inerente: destacar um significado não elimina o(s) outro(s). No contexto político, há uma tendência a fetichizar a falta de ambiguidade, a homogeneidade, a redução da complexidade, as verdades simples e as fronteiras claras, ignorando ou suprimindo a ambiguidade. O *queerness* nos ensina que as ambiguidades não são simplesmente dadas, mas podem ser provocadas. A ambiguidade convida à mudança de perspectivas, mas não para se estabelecer em apenas uma¹⁹. Devemos levar a ambiguidade em consideração ao tomar uma decisão. Entretanto, a decisão não muda o fato de que a ambiguidade existe.

A ambivalência, em comparação, consiste em – duas ou mais – opções, entre as quais parece difícil decidir, mas, em princípio, uma decisão é possível. A decisão é difícil porque as diferentes opções parecem ser igualmente válidas ou válidas por motivos conflitantes. Diante disso, a ambivalência denomina um estado psicossocial de conflito interno sobre valores ou

18 Esse é um ponto muito importante para Miriam Haller (2011), que oferece uma leitura desconstrutiva da ambivalência para combater posições que veem a ambivalência como um problema a ser superado, mas que promovem uma compreensão rígida da condição de sujeito e a exclusão da alteridade.

19 A complexidade e as contradições resultantes podem causar confusão, desconforto, prazer ou medo - podem, de fato, provocar sentimentos ambivalentes. O que pode ou não ganhar clareza, mas isso não influencia a ambiguidade em si.



desejos. Isso pode significar uma tensão psíquica de amor e ódio, ou um conflito social ou político resultante de lutas por justiça, por exemplo, em condições de recursos limitados: como decidir quando há várias necessidades de pessoas diferentes, e nem todas podem ser atendidas; ou se há necessidades contraditórias da mesma pessoa, em tensão uma com a outra, por exemplo, uma necessidade de ajuda e uma necessidade de autoconfiança? Além disso, o conflito psíquico interno da ambivalência pode ter uma dimensão política: um conflito interno entre o interesse próprio e o cuidado, entre o medo e a admiração, que pode se manifestar no plano político das instituições, dos estados-nação ou das relações globais, possivelmente passando da ambivalência para a agressão e da agressão para a guerra. Tomar uma decisão por uma opção ou outra influencia a dinâmica. Embora a ambivalência possa muito bem persistir depois que uma decisão é tomada (Haller, 2011).

Miriam Haller faz uma clara distinção entre ambivalência como duplo valor (“*doppelwertigkeit*”) e ambiguidade como duplo significado (“*doppeldeutigkeit*”), sendo o primeiro um termo da psicologia e o segundo da linguística (Haller, 2011). Em seguida, no entanto, ela enfraquece a distinção ao construir uma conexão mimética, ou ao menos funcional, entre eles. Na descrição elaborada por Haller (2011), a ambivalência e a ambiguidade são dois aspectos do mesmo processo de desconstrução. Elas não são a mesma coisa, mas apoiam uma à outra: a ambiguidade é uma expressão da ambivalência ou a ambivalência é o efeito performativo da ambiguidade; a ambiguidade produz ambivalência e a ambivalência expressa a ambiguidade. Fazer referência à desconstrução de Derrida e ao conceito de performatividade de Butler, permite que Haller (2011) desenvolva um argumento poderoso para romper os binarismos hierárquicos. O termo ambivalência se torna importante nesse contexto porque permite focar as hierarquias de valor, na desvalorização e na exclusão inerentes às oposições binárias (Haller, 2011). Isso é útil e convincente para compreender o potencial da desconstrução, porque destaca a interação entre as dimensões linguística – ambiguidade – e psicológica – ambivalência. Entretanto, para a política pós-estruturalista – ou para as práticas éticas preocupadas em fazer justiça –, eu argumentaria que é necessário haver uma tensão entre a ambiguidade e a ambivalência, em vez de uma relação mimética ou de apoio. O paradigma ético-político do pós-estruturalismo não se refere simplesmente à indecidibilidade, mas à tomada de decisões sob condições de indecidibilidade. Portanto, minha sugestão seria conceituar uma tensão paradoxal entre ambiguidade e ambivalência que permita valorizar uma multiplicidade de significados ao tomar uma decisão – e isso sem necessariamente superar a ambivalência.

Analisando a ambivalência e a ambiguidade em relação à a_socialidade, eu argumentaria que, ao falar sobre habitabilidade e potencial político, é importante que a a_socialidade capture



simultaneamente o conflito psíquico interno e a dúvida intelectual da ambivalência, bem como a disponibilidade para a polissemia e as múltiplas perspectivas características da ambiguidade. Para reconhecer as desigualdades de poder e não permitir que elas definam prematuramente o campo, pode ser útil manter a ambivalência, a ambiguidade e o conflito, pelo menos por mais algum tempo. Entretanto, para transformar as desigualdades de poder e proporcionar mudanças estruturais e sistemáticas, é necessário superar a ambivalência e, ao mesmo tempo, manter a ambiguidade, tomar decisões e resolver conflitos de forma a garantir sistematicamente um mundo mais justo e menos violento.

6 Não violência agressiva

Em *The force of nonviolence* (2020, p. 27), Judith Butler constrói seu argumento em torno do termo ambíguo: “não-violência agressiva”. A não violência não se refere à paz, “não é abster-se de cometer violência, mas [...] um compromisso contínuo, até mesmo uma forma de redirecionar a agressão com o propósito de afirmar ideais de igualdade e liberdade”. No entanto, para promover a não violência, Butler (2020, p. 60) também nos convida a lidar com a “ambivalência [...] como característica psíquica das relações sociais”. Assim, a ambiguidade e a ambivalência se combinam no argumento de Butler, mas sem nunca serem equiparadas. Ainda segundo a autora, lutamos contra a ambivalência, por exemplo, a ambivalência do amor e do ódio, da autossuficiência e do vínculo, e nunca a superaremos totalmente. Isso ocorre porque a ambivalência na vida psicossocial é decorrente da interdependência e da vulnerabilidade, uma característica comum da vida que não se limita à infância. Não é apenas a resistência vigorosa que transforma a não violência agressiva em um termo ambíguo, mas também o fato de que há uma ambivalência na não violência, que se compromete com a vulnerabilidade e a interdependência, mas “expressa raiva, indignação e agressão” (Butler, 2020, p. 21). Existe o risco de a não violência se tornar violenta em si mesma, ao mesmo tempo em que carrega a promessa de transformar a raiva em resistência política. Se seguirmos um imaginário igualitário, a não violência é a prática dos excluídos ou marginalizados para transformar as desigualdades de poder. Contudo, como podemos saber se um imaginário igualitário está impulsionando a não violência agressiva? Como podemos ter certeza de que está afirmando ideais de igualdade e liberdade, especialmente se a ambivalência está sempre presente, assim como o risco de que a agressão se transforme em violência?

O termo “a_socialidade” pode capturar bem a ambiguidade da não violência agressiva e também chamar a atenção para a ambivalência. Todavia, para não apenas reconhecer, mas também para trabalhar em prol dos dilemas éticos e das lutas por justiça, é necessário confrontar



a exigência de decisão inerente à ambivalência e levar em consideração a decisão – que pode se revelar preliminar, duvidosa ou até mesmo errada. Em caso de conflito – seja na forma de conflito interno, de uma sociedade agonística ou de uma guerra em grande escala – a não violência agressiva pode ocupar a socialidade com a predisposição para tomar decisões sob condições de indecidibilidade. Essas decisões só podem ser estimadas *a posteriori* a partir de seus resultados, e esses resultados não se encontram nos indivíduos em suas intenções, objetivos e práticas, mas nas relações sociais interdependentes.

7 Conclusão

A socialidade não apenas descreve, mas insiste na necessidade de denunciar as discriminações e transformar as complexas desigualdades de poder, as estruturas de dominação e a violência sistemática. Minhas considerações sobre a socialidade me levam à conclusão de que a ambiguidade e a ambivalência precisam ser diferenciadas e, ao mesmo tempo, reconhecidas em sua interatividade. Ambas podem ser valorizadas por criarem confusão, o que pode funcionar como uma oportunidade para desafiar as relações de poder. Enquanto a ambiguidade oferece um caminho para apreciar a complexidade e para suportar a heterogeneidade conflituosa, a ambivalência carrega consigo a oportunidade de tomar decisões em condições de conflito psíquico ou de incerteza intelectual, buscando a justiça enquanto se mantém abertura para o futuro. A confusão, seja ela decorrente da ambivalência ou da ambiguidade, combina as dimensões emocional – psíquica – e mental – intelectual. Para dar sentido a uma situação, é necessário enfrentar ambas. No entanto, enfrentá-las também significa descobrir as possíveis reações e seus supostos resultados – uma agência específica do contexto e sensível ao poder, que responde a uma determinada situação.

Se um indivíduo prevê como sua ação ou uma prática coletiva, como uma medida específica, a reorganização de um campo ou a reconceituação de uma suposta verdade, podem contribuir para desaprender a violência, reduzir as desigualdades, proporcionar ganhos em justiça global e liberdade compartilhada, então a ambivalência pode – e deve – ser superada por meio da tomada de uma decisão. Embora isso possa ou não ser o fim da dúvida e do conflito interno, sem dúvida reorganiza uma constelação da socialidade.

Referências

BARAD, Karen. *Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Durham: Duke University Press, 2007.



BERLANT, Lauren; EDELMAN, Lee. *Sex, or the Unbearable*. Durham: Duke University Press, 2014.

BUTLER, Judith. *The Force of Nonviolence: an ethico-political bind*. London: Verso, 2020.

BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.

CHEN, Mel. Toxic Animacies, Inanimate Affections. *GLQ: a journal of lesbian and gay studies*, Durham, v. 17, n. 2-3, p. 265-286, 2011. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/glq/article/17/2-3/265/34745/Toxic-Animacies-Inanimate-Affections>. Acesso em: 26 maio 2024.

COHEN, Cathy J. Punks, Bulldaggers and Welfare Queens: the radical potential of Queer Politics? *GLQ: a journal of lesbian and gay studies*, Durham, v. 3, n. 4, p. 437-465, 1997. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/glq/article-abstract/3/4/437/9940/Punks-Bulldaggers-and-Welfare-Queens-The-Radical?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 26 maio 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus: capitalism and schizophrenia*. London: Continuum, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A Thousand Plateaus: capitalism and schizophrenia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

DERRIDA, Jacques. Force of Law: the mystical foundation of authority. *Cardozo Law Review*, New York, v. 11, n. 5-6, p. 920-1045, 1990.

EDELMAN, Lee. *No Future: queer theory and the death drive*. Durham: Duke University Press, 2004.

EL-TAYEB, Fatima. *European Others: queering ethnicity in Postnational Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

ENGEL, Antke. A Queer Strategy of Equivocation: The Destabilisation of Normative Heterosexuality and the Rigid Binary Gender Order. *InterAlia: a journal of queer studies*, Warsaw, n. 2, 2006. Disponível em: <https://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.desklight-b723b28e-929c-492f-85f7-b41b259f5ea1>. Acesso em: 16 out. 2023.

ENGEL, Antke. Desiring tension: towards a queer politics of paradox. In: HOLZHEY, Christoph (ed.). *Tension/Spannung*. Wien: Turia+Kant, 2010. p. 227-250.

ENGEL, Antke. Queering Desire Through Serendipity and A_Sociality. In: MARKAKI, Lilly; HARRIS, Caroline (org.). *Love Spells & Rituals for Another World*. London: Independent Publishing Network, 2021. p. 17-20.

ENGEL, Antke. The Surplus of Paradoxes: Queer/ing Images of Sexuality and Economy. In: PASCALE, Celine-Marie (ed.). *Social Inequality & The Politics of Representation: a Global Landscape*. London: Sage, 2012. p. 176-188.

ENGEL, Antke. *Wider die Eindeutigkeit: Sexualität und Geschlecht im*



Fokus queerer Politik der Repräsentation. Frankfurt: Campus, 2002.

HALBERSTAM, Jack. *In a Queer Time and Place: transgender bodies, subcultural lives*. New York: New York University Press, 2005. (Series Sexual Cultures).

HALL, Donald E. *Queer theories*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2003.

HALLER, Miriam. Dekonstruktion der 'Ambivalenz': Poststrukturalistische Neueinschreibungen des Konzepts der Ambivalenz aus bildungstheoretischer Perspektive. *Forum der Psychoanalyse: zeitschrift für psychodynamische theorie und praxis*, [Germany], v. 27, n. 4, p. 359-371, 2011.

HARAWAY, Donna J. *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.

HARITAWORN, Jin. *Queer lovers and hateful Others: regenerating violent times an places*. London: Pluto Press, 2015.

LORDE, Audre. The Uses of Anger. Women Responding to Racism. In: LORDE, Audre. *Sister Outsider: Essays & Speeches by Audre Lorde*. Berkeley: Crossing Press, 2007. p. 124-131.

MANALANSAN IV, Martin F. Messy Mismeasures: Exploring the Wilderness of Queer Migrant Lives. *South Atlantic Quarterly*, Durham, v. 117, n. 3, p. 491-506, 2018. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/south-atlantic-quarterly/article/117/3/491/135065/Messy-MismeasuresExploring-the-Wilderness-of-Queer>. Acesso em: 26 maio 2024.

MUÑOZ, José Esteban. *Cruising Utopia: the then and there of queer futurity*. New York: New York University Press, 2009a. (Serie Sexual Cultures, n. 50).

MUÑOZ, José Esteban. Race, sex and the incommensurate: Gary Fisher with Eve Kosofsky Sedwick. In: MUÑOZ, José Esteban. *Cruising Utopia: the then and there of queer futurity*. New York: New York University Press, 2009b. p. 103-116. (Serie Sexual Cultures, n. 50).

POVINELLI, Elizabeth. The part that has no part: enjoyment, law and loss. *GLQ: a journal of lesbian and gay studies*, Durham, p. 287-308, v. 14, n. 2-3, 2011. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/glq/article/17/2-3/287/34748/The-Part-That-Has-No-Part-Enjoyment-Law-and-Loss>. Acesso em: 26 maio 2024.

PROBYN, Elspeth. *Outside Belongings*. 1. ed. New York: Routledge, 1996.

SULLIVAN, Nikki. *A critical introduction to Queer Theory*. New York: New York University Press, 2003.

WEBER, Cynthia. *Queer international relations: sovereignty, sexuality and the will to knowledge*. New Yoirk: Oxford University Press, 2016.

YEKANI, Elahe Haschemi; KILIAN, Eveline; MICHAELIS, Beatrice



Michaelis (ed.). *Queer Futures: reconsidering ethics, activism, and the political*. London: Routledge, 2016.

XIANG, Zairong. Transdualism: Towards a Materio-discursive Embodiment. *TSQ: transgender studies quarterly*, Durham, v. 5, n. 3, p. 425-442, 2018. Doi: 10.1215/23289252-6900795. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/tsq/article/5/3/425/135254/TransdualismToward-a-Materio-Discursive-Embodiment>. Acesso em: 26 maio 2024.

